

## RESENHA

SANTOS, Lorene dos. **Saberes e práticas docentes em redes de trocas.** Educação das relações étnico raciais em questão. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

---

### O “fazer-valer” da Lei 10.639/03 a partir dos saberes da História

Francine Brandhuber<sup>1</sup>

A conjuntura atual nos faz pensar sobre o motivo pelo qual as relações étnico-raciais devem ser discutidas no âmbito escolar. O governo atual e a forma com que se estabeleceu nos remete a refletir sobre como os direitos garantidos através do sistema político democrático encontram-se fragilizados. A conquista de tais direitos só foi possível a partir do momento em que os movimentos sociais se impuseram, foram à luta, reivindicaram aquilo de que necessitavam e ainda necessitam. Diante disso, mostra-se como basilar trabalhar sob a perspectiva de garantir o cumprimento da Lei 10.639/03 (alterada pela Lei 11.645/08), que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio; afinal, trata-se de tema que já vem sendo pauta dos movimentos sociais, uma demanda emergente nas salas de aula, em especial, da rede pública de ensino.

Assim sendo, a obra na qual aqui me debruço possui a relevância de buscar compreender como ocorre o processo de implementação da legislação aqui citada. Ao longo do livro, é expressa a quantidade de desafios e possibilidades na intenção de realizar o “fazer-valer” da Lei 10.639/03. O prefácio confeccionado pelo renomado professor Carlos R. Jamil Cury nos faz pensar sobre o elemento de protagonismo desses grupos, que por meio da pressão social foram capazes de tornar a demanda legítima aos

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de História (Licenciatura e Bacharel) / ICH PUC Minas. Monitora da Revista do ICH. Ex-bolsista (ID) do PIBID (desenvolvendo atividades com ênfase em História e Cultura Afrodescendente e Indígena). Atual bolsista no “Lições da Terra: projeto interdisciplinar de direitos étnicos”. Estagiária na pesquisa de Doutorado de Keli Carvalho Nobre de Souza na UFMG, intitulada: “Africanos Músicos nas Minas Setecentistas”.

olhos dos representantes do povo, assim como emerge nas aulas de Políticas Públicas do professor Marcelo Zannetti, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fazendo com que o governo ajuste sua agenda política na intenção de atender tais reivindicações.

Tal como Jamil Cury (2017) aponta, a constituição de 1988 possui a intenção de desenraizar os aspectos de desigualdade social e preconceitos, visando emergir os direitos de cidadania dos indivíduos. Diante do fato de que o Brasil possui matrizes e etnias distintas na sua construção, cabe não só inserir na prática docente elementos da História europeia. Faz-se necessário abarcar a etnia indígena e a afrodescendente, da maneira como é expressa na Lei 11.645. Cury salienta o fato de que a constituição cidadã de 1988 já trazia à tona essa discussão de educação, todavia, a reafirmação da obrigatoriedade dessas temáticas foi necessária. Nesse contexto, Lorene dos Santos (2017) aborda o não consenso em relação à substituição e/ou sobreposição do tema em relação às legislações supracitadas.

Para alcançar o objetivo do cumprimento da 10.639/03, é necessário que os licenciados que já se encontram na lida da sala de aula possam se aprimorar. Por esse motivo, Santos (2017) elenca a importância das Redes de Trocas enquanto política pública do município de Contagem, *locus* de suas pesquisas evidenciadas na obra.

As Redes de Trocas são organizadas pela equipe pedagógica da secretaria municipal de educação, SEDUC, onde professores das mais diversas formações (docentes de várias áreas do ensino) discutem sobre o tema em Grupos de Trabalho. Por sua vez, os “GTs” observados pela autora possuíam como temática a “questão racial” e os temas de gênero e sexualidade. Percebe-se então, que a perspectiva da pesquisa de Lorene dos Santos, em seu período de doutoramento, baseia-se naquilo que foi relatado por cerca de cem profissionais inseridos no município de Contagem. Assim sendo, foram apresentados os desafios e os trabalhos (relacionados com a efetivação do trabalho preconizado na Lei 10.639/03) já realizados pelos indivíduos investigados. A autora destaca o protagonismo do corpo docente das escolas públicas em questão, cujos representantes revelam, por meio do dito e não dito, aquilo que se passa entre os muros da escola. A mudança de perspectiva significa ouvir através de outros (licenciados investigados), o que vem sendo efetivamente feito em relação à legislação, sua aplicação na rede básica de ensino. Santos (2017) demonstra que as sessões das Redes de Troca não fugiram das relações de poder. Isso ocorreu devido ao fato de que não somente os professores encontravam-se inseridos em tais reuniões, mas também

gestores do órgão da SEDUC e diretores de escolas. Para além da Rede de Trocas, a autora analisou os dados coletados em grupos focais, que, por sua vez, possuíam apenas historiadores como participantes.

Importante dizer que inicialmente a intenção da autora, ao se direcionar para tais reuniões, foi a de mapear quais sujeitos seriam investigados, no caso, quais professores. A ideia que existia primariamente era a de ir ao encontro das escolas nas quais tais docentes se inseriam. As observações seriam diretas, não haveria o processo no qual o docente explicaria o que se passou, e sim, o olhar da pesquisadora diretamente para o que estava sendo desenvolvido nas aulas. Trata-se de um exemplo sobre como o percurso da investigação nos faz mudar as rotas e recortes de pesquisa. Vale dizer que poucas são as análises que se voltam a dar voz, ouvir os docentes e a forma como estes aplicam a legislação. A pesquisa qualitativa da autora lançou mão da transcrição fiel das falas dos participantes e análise do material que foi recolhido durante o grupo focal e os encontros dos Grupos de Trabalho de Redes de Troca.

A obra da autora, fruto de sua tese de Doutorado, revisita referenciais e vai gradualmente amadurecendo sua visão sobre o tema. O livro conta com seis capítulos, aprofundando em um primeiro momento em conceitos relacionados com o panorama histórico de formação da sociedade brasileira, mais detidamente sobre o século XIX e XX. Em um segundo momento, a autora apresenta as formas de manifestação do racismo na escola e para além disso, a luta antirracista sob um contexto mais geral – nacional e internacional (com intervenção da UNESCO). No terceiro capítulo, a autora remete aos aspectos relativos à (definição dos conceitos) identidade e saberes que chegam até o espaço escolar (e que nele se constroem). Ainda, nesta parte do trabalho, Santos (2017) se dedica a falar sobre a formação dos indivíduos que realizam a **escolha política** de trabalhar com tal temática. O capítulo quatro reflete sobre o currículo e a forma como se encaixa o conteúdo da Lei 10.639/03. Um dos capítulos que chama a atenção é o seguinte, o quinto, em que, por sua vez, discute-se o papel do licenciado em História na implementação da legislação. Por fim, a sexta parte do livro discute sobre aquilo que ainda deixa a desejar em relação à formação dos professores de História (e de outras licenciaturas), no que tange às informações sobre o continente africano. Essa valiosa parte do livro: “Saberes e Práticas Docentes em Redes de Trocas: educação das relações étnico raciais em questão” fornece um olhar sobre a historiografia mais recente. Dessa forma, o texto aqui referenciado trata-se de um livro repleto de visões e conceitos, que pode se mostrar útil aos futuros docentes (e aqueles que já se encontram

em sala de aula e buscam um maior respaldo sobre a área), que é também o público ao qual a obra é dedicada.

Durante sua investigação, Santos (2017) identificou, a partir das falas dos professores, a forma como o historiador licenciado ganha centralidade, sendo ele (ela) a âncora, que resolve dúvidas dos colegas de profissão e possui um maior conhecimento em se tratando de História e Cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a autora salienta a necessidade de se repensar aquilo que será ou não contemplado nas exposições dos professores no nível básico de ensino (aspectos referentes à transposição didática).

A autora, ao referir-se à Lei 10.639/03, vê esse processo instaurado como uma forma de compreender a alteridade, reafirma as formas de resistência do povo negro, escravizado, e até o dado momento, marginalizado. Santos (2017) verticaliza sobre o fato de que os povos africanos, trazidos à força através da Rota do Atlântico (principalmente), foram aqui escravizados, em grandes grupos, embora procedentes de diversas nações, costumes, línguas e visões de mundo. Cabe ressaltar a quantidade absurda de mortes até mesmo antes do desembarque desses sujeitos (que, nesse período, passaram pelo processo de coisificação). As marcas diante do processo traumático, repleto de tensões, resistências e disputas ainda se materializam no presente, em pleno século XXI. E aqui realizo uma leitura própria, fazendo emergir as desigualdades sociais, a menor quantidade de negros em escolas particulares e universidades públicas, as condições desiguais de disputa no mercado de trabalho.

A formação do que seria, *a posteriori*, a nação brasileira, contava desde o seu início com os saberes desses grupos vindos da África, tal como sustenta Santos (2017). Tais indivíduos possuíam conhecimentos utilizados na produção de cana-de-açúcar, por exemplo, ademais, saberes que iam para além do trabalho braçal. Santos (2017) reflete sobre as resistências culturais e os quilombos. Relacionando com o contexto atual, pode-se pensar sobre a importância de refletir com o alunado sobre tais elementos, afinal, a demarcação de terras dos quilombos remanescentes encontra-se ameaçada.

Segundo aquilo que é apresentado pela autora do livro em questão, a concepção abolicionista ganha força posteriormente ao período da Guerra do Paraguai, quando se passa a pensar em uma identidade nacional. Como professora de História e Cultura Afrodescendente e Indígena, ela elenca que a elite agrária e os legisladores passaram a pensar sobre quais seriam os postos de trabalho que estes indivíduos passariam a ocupar, qual a inserção dos grupos antes coisificados. A “Lei do Ventre Livre” (1871) e

“Lei dos Sexagenários” (1885) se trataram de consensos sobre uma nova concepção desses indivíduos acima apontados na estrutura social. Um interessante ponto que a autora trabalha e que se alicerça sob a perspectiva de outros acadêmicos, é o fato de que a visão que se instaurava era aquela onde o ex-escravo não deveria se dedicar à “vagabundagem”, e sim ao trabalho.

O medo dos grupos até então dominantes era quase palpável: Santos (2017) fala sobre o medo das insurreições, conforme fontes históricas e bibliográficas apresentadas. O movimento abolicionista foi se intensificando, tornando-se o momento de ainda maior tensão. Posteriormente a esse momento, segundo Santos (2017), existe um isolamento do segmento que era senhor de escravos. Um fator sintomático da força de resistência foi o fato de que as fontes apontam para um medo advindo até mesmo dos abolicionistas.

No que concerne à Lei Áurea, essa última foi confeccionada às pressas. Santos (2017) reafirma em diversos momentos que o assunto que naquele contexto ganhava visibilidade era justamente uma forma de reparar os “danos” para a população fazendeira atingida pelo fim da escravidão. Uma importante visão abordada na obra, que, por sua vez, se vale de outros estudiosos, é justamente o aspecto da desarticulação dos movimentos dos ex-escravizados logo após o período de abolição (mas que posteriormente retornou com força). Santos (2017) se detém a falar sobre a política imigrantista, que, para os indivíduos daquele período, resolveria o “problema” do fim da escravidão. No entanto, a população agora liberta se vê com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, assim sendo, a exclusão dos indivíduos permanece.

Diante do processo histórico de libertação dos escravos, o racismo científico ganha força no Brasil. O ideal político de eugenia é trazido às terras brasileiras, mas adequando-se a realidade do país. Foram necessárias tais modificações em relação à ideia original devido ao fato de que, tal como reafirma Santos (2017), tratava-se (e trata-se) de um país miscigenado. A “saída” encontrada pelos intelectuais da época foi apoiar a imigração daqueles que possuíam nacionalidade europeia. A autora compreende esta reviravolta enquanto uma reinterpretação do racismo científico, apontando que, à mentalidade da época, perpassava a perspectiva de que devido à miscigenação, ocorreria gradualmente o branqueamento da população.

Santos (2017) salienta que as perspectivas racistas iam pelo viés de culpabilização da etnia negra, pois seriam eles os responsáveis pelos atrasos do país. A autora aborda as contradições do período, salientando os paradoxos.

Concomitantemente ao fato de que o país vivenciava o racismo, era tido enquanto “paraíso racial” (e aqui utilizo a mesma expressão escolhida por Santos, 2017).

O “racismo à brasileira” que se engendrava nessa sociedade colonial ainda possui raízes fortes, e aqui realizo uma leitura própria daquilo que de fato é expresso no contexto dos espaços públicos e privados. Clama-se pela efetivação da Lei 10.639/03, ao passo que se faz necessário trazer uma maior reflexão à população em relação aos mecanismos de exclusão e de protagonismo da população afrodescendente. Para além disso, a positivação das identidades negras deve ser levada em conta. Assim como Santos (2017) argumenta, deve-se tomar cuidados com a abordagem em sala de aula, preservando uma boa contextualização do período, valendo-se da História, mesmo que os professores sejam de outras áreas do ensino. O mito da “democracia racial”, assim, deve ser entendido e historicizado.

Esse tema extremamente espinhoso é tratado nas escolas e ao mesmo tempo, percebe-se resistência por parte de vários outros professores que não se dedicam à efetivação da lei. Observando aquilo que Santos (2017) traz à tona, até mesmo as disputas geracionais de professores e a entrada de licenciados negros geram conflitos. Além disso, algumas falas expressas como citações literais, ao longo do texto de Santos (2017), nos fazem repensar sobre como aqueles que são marginalizados, estão (ou estiveram) inseridos em contextos de militância ou já passaram por discriminação são aqueles que se “deixam passar”<sup>2</sup>. Os relatos apontam sobre a forma como o elemento das identidades negras<sup>3</sup> têm sido evidenciadas e como a vaidade dos cabelos femininos e masculinos ganham força. Os trabalhos de diversos docentes pesquisados pela autora encontram-se vinculados ao debate sobre a igualdade racial e à conscientização sobre a não prática dos atos de racismo no âmbito escolar.

Santos (2017) se debruça, em partes do livro, a explicar com cautela sobre a positivação das identidades, ao necessário cuidado para não reafirmar estereótipos, mitificações de indivíduos. Esse processo seria de certa forma, um desserviço, pois a dimensão da importância da História é a coluna vertebral na intenção de se compreender as relações étnico raciais. O ensino crítico é fundamental, por esse motivo, deve-se ter

---

<sup>2</sup> Aqui me refiro à terminologia de Larossa (2004), que também é citado por Santos (2017). Ao utilizar essa expressão, visio deixar claro que se trata do processo de sensibilização e tomada de decisão política diante da necessidade de se discutir o assunto.

<sup>3</sup> Coloco aqui a expressão identidades negras no plural devido ao fato de que Santos (2017) retoma sobre os perigos de se pensar em somente uma única identidade negra, pois, na realidade, os conflitos se encontram até mesmo dentro dos grupos diante das disputas.

consciência quanto à questão da positivação. O trabalho da mudança daquilo que se passa na escola, como por exemplo, as datas comemorativas, a exposição para outrem daquilo que é feito pelos próprios alunos, no que diz respeito ao assunto, é tido como aspecto positivo.

Algo que ficou claro durante a exposição de Santos (2017) é o fato de que, por meio das Redes de Trocas e do grupo focal, os professores aprendiam, construíam conhecimento. A partir das falas dos estudantes com os quais os licenciados, historiadores, trabalhavam, era possível aprimorar seus saberes, atentar para algo que passou despercebido, e até mesmo, resolver problemas que se inseriam no contexto escolar concreto. A temática abordada pela Lei 10.639/03 vem sendo ressignificada por aqueles que trazem a discussão desses temas para o âmbito escolar.

Em diversos momentos, os depoimentos de licenciados apontam para questões contraditórias, como é o caso da leitura de livros sobre o assunto. O depoimento de uma docente abordava o não gostar da prática de leitura; todavia, outro relato advindo da mesma profissional apontava para o uso de livros disponibilizados pela escola e o estudo do assunto. Seminários e cursos, segundo Santos (2017), são responsáveis por momentos de aprendizado por parte dos licenciados. Além disso, a própria política pública da Rede de Trocas foi de extrema valia (de acordo com os relatos), ao passo que se aprendia com os outros integrantes do corpo docente. O discurso dos investigados permeava, com constância, as dificuldades em relação às condições de trabalho, o que leva a chamar a atenção para as políticas públicas<sup>4</sup>.

Santos (2017) elenca que o desconhecimento da nova produção historiográfica representa um problema, além do fato de que a temática afrodescendente e africana nem sempre encontra-se presente na formação inicial dos historiadores (e outros profissionais da educação). Santos (2017) diz que faz-se necessário circular e promover acesso a tais saberes. Os diálogos com os conhecimentos de raiz histórica se mostram uma importantíssima saída na intenção de “fazer-cumprir” tal lei. Cabe aqui realçar que ao discutir a “questão”, estamos sujeitos a embates. Mesmo diante dos atritos, dificuldades e sucessos, a temática religiosa se mostrou extremamente complexa de ser trabalhada devido às influências, dos pais, professores e estudantes no processo educativo. As identidades opostas e os conflitos eclodem nesses momentos. Por findar,

---

<sup>4</sup> Para maiores esclarecimentos quanto às Políticas Públicas, olhar Oliveira (2010).

Santos (2017) relembra sobre as questões dos investimentos através das políticas públicas, com, por exemplo, a distribuição de kits contendo materiais didáticos.

### REFERENCIAS

LARROSA, Jorge. Experiência e paixão. In: **Linguagem e Educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 151-165.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da Puc Goiás, 2010. p. 93-99.